

SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 13.046.954/0001-87

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. 12 de março de 2021 A Administração

Demonstrações Financeiras

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)					
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa...	5	8.413	8.237	40.470	33.366
Aplicações financeiras de curto prazo	5	-	504	-	975
Arrendamentos a receber	9	1.811	3.036	10.021	10.269
Tributos a recuperar		56	448	131	495
Outras contas a receber		7	-	5	-
Despesas antecipadas		17	18	37	25
Total ativo circulante		10.304	12.243	50.664	45.130
Ativo não circulante					
Tributos diferidos	6	156	457	156	457
Investimentos	7	435.271	418.406	-	-
Propriedade para investimento	8	114.415	108.963	517.881	502.891
Imobilizado		4	7	4	6
Intangível		-	1	-	2
Total ativo não circulante		549.846	527.834	518.041	503.356
Total do ativo		560.150	540.077	568.705	548.486

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)							
	Capital social	Reservas de capital	Reserva de Lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva estatutária			
Saldo em 31 de dezembro de 2018	202.993	29.844	6.481	60.638	223.433	-	523.389
Realização custo atribuído propriedade para investimento	-	-	-	-	(193)	193	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	16.253	16.253
Destinações:							
Reserva legal	-	-	812	-	-	(812)	-
Reserva estatutária	-	-	-	15.634	-	(15.634)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	202.993	29.844	7.293	76.272	223.240	-	539.642
Realização custo atribuído propriedade para investimento	-	-	-	-	(198)	198	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	20.166	20.166
Destinações:							
Reserva legal	-	-	1.008	-	-	(1.008)	-
Reserva estatutária	-	-	-	19.356	-	(19.356)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	202.993	29.844	8.301	95.628	223.042	-	559.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. O endereço registrado do escritório da Companhia é na Rua Bernardo Pires, 128, sala 101, bairro Santana, Porto Alegre, Rio Grande do Sul. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 abrangem a Companhia e suas controladas (conjuntamente referidas como "o Grupo" e individualmente como "entidades do Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na administração de bens móveis e imóveis, podendo arrendar e dar em arrendamento, receber e dar em parceria, alugar e locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e na compra e venda de imóveis. O Grupo atuou principalmente em arrendamentos de terras para a produção agrícola de sua controladora final SLC Agrícola S.A. em 2020 e 2019.

2. Entidades do Grupo

Controladas	País	2020	2019
Fazenda Planeste Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Brasil	100%	100%
Fazenda Piratini Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Brasil	100%	100%
Fazenda Panorama Empreendimentos Agrícolas Ltda.	Brasil	100%	100%
Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda. (*)	Brasil	100%	100%

(*) Em maio de 2020 a controladora Soper Agrícola Ltda. alterou sua razão social para Fazenda Palmeira Empreendimentos Agrícolas Ltda.

3. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 12 de março de 2021. b) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. c) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. d) **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento do grupo na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. e) **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis, para a contabilização de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e exercício de julgamento são revisados de maneira contínua e os resultados deste processo são reconhecidos tempestivamente e em quaisquer períodos futuros afetados. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas quando da sua efetiva realização. As informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis que podem resultar em efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão apresentadas a seguir:

Notas	Natureza
4.b	Seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível
4.c e 6	Imposto de renda e contribuição social diferidos
4.d e 11	Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros
4.e e 8	Mensuração do valor justo de propriedades para investimentos

4. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. a) **Investimentos (Controladora):** Os investimentos em controladas são avaliados por equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2), para fins de demonstrações financeiras da controladora. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em cada uma de suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora. b) **Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos ou perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado. **Depreciação:** Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. O eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculados como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. c) **Impostos: Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, na Controladora, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Nas controladas o imposto de renda e contribuição social são calculados, sobre as atividades que são objeto da sociedade, com base nas alíquotas presumidas conforme a legislação. As demais receitas são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente

de R\$ 240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas aplicáveis às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. d) **Instrumentos financeiros: Ativos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual o Grupo se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O Grupo classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado. **Custo Amortizado:** Ativos financeiros com pagamentos fixos e calculáveis que não são cotados no mercado. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. São medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Abraçam contas a receber de clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Itens classificados como caixa e equivalentes de caixa são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. **Passivos financeiros não derivativos:** O Grupo reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Grupo baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas. O Grupo classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de passivos mensurados ao custo amortizado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. e) **Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel, para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, nem para utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços, nem para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e subsequentemente. Custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento, construída pelo proprietário, inclui os custos de material e mão de obra direta e qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. As vidas úteis médias estimadas para os prédios e benfeitorias são de 35 anos, para o exercício corrente e comparativo. f) **Redução ao valor recuperável (Impairment): Ativos financeiros:** Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e que possam ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido ao Grupo sob condições que o Grupo não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC (Unidade geradora de caixa) exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (UGC). Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Receita com arrendamento	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Receita com arrendamento	12	4.159	4.951	26.006	25.521
Custos com arrendamento	13	(130)	(142)	(1.750)	(1.792)
Resultado bruto		4.029	4.809	24.256	23.729
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	13	(908)	(947)	(989)	(1.102)
Honorários da administração	13	(616)	(771)	(616)	(771)
Outras despesas operacionais		-	(4.786)	-	(4.786)
Resultado de equivalência patrimonial	7	18.365	17.254	-	-
Resultado operacional		16.841	10.750	(1.605)	(6.659)
Despesas financeiras	14	245	450	1.184	1.590
Despesas financeiras	14	(16)	(180)	(19)	(182)
Resultado antes dos impostos		21.099	15.829	23.816	18.478
Imposto de renda e contribuição social	6	-	-	(3.335)	(2.528)
Corrente		(632)	-	(315)	303
Diferido		(301)	424	-	-
Lucro do exercício		20.166	16.253	20.166	16.253
Lucro por ação em R\$	10.h	0,13	0,10	0,13	0,10

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício		20.166	16.253	20.166	16.253
Resultado abrangente para o exercício		20.166	16.253	20.166	16.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		21.099	15.829	23.816	18.478
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		4	12	1.068	1.119
Juros apropriados ao resultado		-	153	-	153
Outros		(58)	-	(58)	-
Resultado de equivalência patrimonial		(18.365)	(17.254)	-	-
Fluxo de caixa das atividades operacionais		2.680	(1.260)	24.826	19.750
Variações no ativo e passivo					
Tributos a recuperar		392	410	364	494
Pagamentos antecipados		1	(1)	(12)	(1)
Arrendamentos a receber		1.225	(2.044)	248	(2.188)
Outras contas a receber		(7)	11	(5)	11
Aplicações financeiras de curto prazo		504	(504)	975	(975)
Obrigações com fornecedores		13	(4)	56	(7)
Obrigações fiscais e sociais		(214)	196	(351)	(33)
Outras contas a pagar		-	30	-	(11)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(466)	(34)	(2.944)	(2.485)
Juros pagos		-	(153)	-	(153)
Dividendos recebidos		6.000	4.483	-	-
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		7.448	2.390	(1.669)	(5.348)
Fluxo de caixa de atividades de investimento					
Propriedade para investimento		(5.452)	(1.020)	(16.053)	(1.071)
Integralização de capital		(4.500)	-	-	-
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento		(9.952)	(1.020)	(16.053)	(1.071)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		176	110	7.104	13.331
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		8.237	8.127	33.366	20.035
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		8.413	8.237	40.470	33.366
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		176	110	7.104	13.331

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. g) **Receita de arrendamento:** A receita de arrendamento de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguel, pelo período do arrendamento. h) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas de juros que são reconhecidos no resultado. i) **Resultado por ação:** O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício conforme pronunciamento técnico CPC 41. O cálculo do lucro diluído por ação é a divisão do lucro líquido do exercício ajustado por quaisquer dividendos ou outros itens relacionados com ações ordinárias potenciais diluidoras que tenham sido deduzidas para apurar o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de capital próprio ordinário da Companhia, qualquer participação reconhecida no período relacionada com as ações ordinárias potenciais diluidoras, e quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras pelo número médio ponderado de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras em ações ordinárias (nota explicativa 10.h). j) **Novas normas contábeis:** Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Modalidade	Rendimentos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	-	2	2	5	3
CDB-DI	100,23% do CDI	8.411	8.739	40.465	34.338
		8.413	8.741	40.470	34.341

Caixa e equivalentes de caixa	Controladora	Consolidado	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	8.413	8.237	40.470	33.366
Aplicações financeiras de curto prazo	-	504	-	975

(*) Rendimento médio em 31 de dezembro de 2020.

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais)

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Imposto de Renda	Contri- buição Social	Total	Imposto de Renda	Contri- buição Social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão despesas de viagem	19	7	26	34	12	46
Prejuízos fiscais e base negativa	77	53	130	286	125	411
	96	60	156	320	137	457
Passivos:						
Custo atribuído de propriedade para investimento	(4.603)	(2.485)	(7.088)	(4.607)	(2.488)	(7.095)
Outras	(107)	(39)	(146)	(171)	(60)	(231)
Arrendamentos	(657)	(236)	(893)	(579)	(208)	(787)
	(5.367)	(2.760)	(8.127)	(5.357)	(2.756)	(8.113)
Total líquido	(5.271)	(2.700)	(7.971)	(5.037)	(2.619)	(7.656)
Classificado no ativo não circulante	96	60	156	320	137	457
Classificado no passivo não circulante	(5.367)	(2.760)	(8.127)	(5.357)	(2.756)	(8.113)

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais: O imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nas alíquotas nominais desses tributos, estão reconciliados para o valor registrado como despesa de imposto de renda e contribuição social como segue:

Descrição	Controladora		Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Resultado antes dos impostos	21.099	21.099	15.829	15.829
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(5.275)	(1.899)	(3.957)	(1.425)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Resultado de equivalência patrimonial	4.591	1.653	4.314	1.553
Adições permanentes	(28)	-	(61)	-
Outros	25	-	-	-
Valor registrado no resultado	(687)	(246)	296	128
Total dos impostos e contribuições sobre a renda	(933)	-	424	-
Impostos diferidos	(301)	-	424	-
Impostos correntes	(632)	-	-	-
Alíquota efetiva	4,4%	-	4,4%	-2,7%

7. Investimentos

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas.

Ativo circulante	Fazenda Planeste Emp. Agr. Ltda.		Fazenda Piratini Emp. Agr. Ltda.		Fazenda Panorama Emp. Agr. Ltda.		Fazenda Palmeira Emp. Agr. Ltda.		31/12/2020	31/12/2019
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019		
Ativo circulante	15.508	13.554	2.477	13.554	13.554	611	611	611		
Ativo não circulante	135.352	122.601	113.940	113.940	113.940	7.206	7.206	7.206		
Passivo circulante	157	106	104	104	104	62	62	62		
Passivo não circulante	3.765	2.215	2.106	2.106	2.106	38	38	38		
Capital social	25.695	41.647	60.030	60.030	60.030	6.599	6.599	6.599		
Patrimônio líquido	146.938	122.757	125.284	125.284	125.284	7.717	7.717	7.717		
Receitas	10.624	4.938	7.555	7.555	7.555	498	498	498		
Despesas	(2.167)	(1.122)	(1.865)	(1.865)	(1.865)	(96)	(96)	(96)		
Lucro líquido do exercício	8.457	3.816	5.690	5.690	5.690	402	402	402		
Quantidade de quotas do capital social	25.695.297	41.647.451	60.029.964	60.029.964	60.029.964	6.599.352	6.599.352	6.599.352		
Percentual de participação (%)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%		
Saldos iniciais	141.481	118.941	122.594	122.594	122.594	35.390	35.390	35.390	418.406	405.635
Integralização de capital	-	-	-	-	-	4.500	4.500	4.500	4.500	-
Dividendos	(3.000)	-	(3.000)	-	(3.000)	-	-	-	(6.000)	(4.483)
Resultado da equivalência patrimonial	8.457	3.816	5.690	5.690	5.690	402	402	402	18.365	17.254
Saldos finais	146.938	122.757	125.284	125.284	125.284	40.292	40.292	40.292	435.271	418.406

8. Propriedade para investimento

Custo de aquisição	Controladora		Controladora	
	Saldo em 31/12/2019	Aquisições	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Terras	108.963	5.452	114.415	114.415
Prédios e benfeitorias	-	-	-	-
	108.963	5.452	114.415	114.415
Depreciação	-	Adições	-	-
Prédios e benfeitorias	-	-	-	-
	-	-	-	-
Valor residual líquido	108.963	-	114.415	114.415
Terras	108.963	-	114.415	114.415
Prédios e benfeitorias	-	-	-	-
	108.963	-	114.415	114.415

Propriedades para investimento incluem terras de cultura e a infraestrutura nelas existentes que são arrendadas para empresas do Grupo SLC. Conforme mencionado na nota explicativa 4.e, o Grupo mensura a propriedade para investimento pelo custo amortizado e por esse motivo variações no valor justo das propriedades para investimento não são reconhecidas nas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2020, de acordo com o laudo de avaliação realizado por especialistas, o valor justo das terras classificadas como propriedades para investimento no Consolidado é de R\$ 996.130.

9. Partes relacionadas

Contratos de arrendamento: O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de algodão, soja, milho e sorgo em contraprestação a

um valor a título de preço de arrendamento. A partir de 01 de setembro de 2012, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural celebrado entre a controladora indireta SLC Agrícola S.A. e as Fazendas Piratini, Planeste, Palmeira e Panorama, por um prazo mínimo de 20 anos. O preço do arrendamento é calculado sobre uma taxa de 3,25% do valor de avaliação dos imóveis. Esse valor por sua vez é calculado sobre as áreas aptas à agricultura e suas respectivas áreas de reserva legal proporcionais, incluindo o valor de sua infraestrutura. O avaliador com prova de excelência na elaboração de avaliações de propriedades rurais é escolhido pelo Conselho de Administração da SLC Agrícola S.A. e anualmente a avaliação é elaborada de acordo com as regras e diretrizes emitidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas para avaliação de imóveis rurais. A partir de 01 de setembro de 2015, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco

Empreendimentos Agrícolas S.A., através da Fazenda Marco da Conquista, celebrado com a Controladora direta SLC Agrícola S.A., por um prazo mínimo de 20 anos. A partir de 27 de dezembro de 2019, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. com SLC Agrícola S.A. Esse contrato tem um prazo mínimo de arrendamento de 7 anos. A partir de 23 de dezembro de 2020, passou a vigorar o contrato de arrendamento rural da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. com SLC Agrícola S.A. Esse contrato tem um prazo mínimo de arrendamento de 20 anos. Como parte da atividade do Grupo, existem em 31 de dezembro de 2020 valores a receber de arrendamentos da SLC Agrícola S.A. no montante de R\$ 10.021 no Consolidado (R\$ 10.269 em 2019, no Consolidado). Esse montante será recebido durante o próximo exercício. A receita da Companhia é gerada, basicamente, em operações de arrendamento de terras para partes relacionadas. Em 2020 a Companhia apresentou receita de R\$26.006 com a controladora SLC Agrícola S.A. (R\$ 21.982 com a controladora SLC Agrícola S.A. e R\$ 3.539 com coligadas no exercício de 2019). Honorários da administração: A Companhia considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros não remunerados, os Conselheiros Independentes remunerados e os Diretores (estatutários e não estatutários). Os administradores são remunerados na forma de pró-labore e salários, pagos via folha de pagamento. O valor total da remuneração dos administradores, incluindo gratificações e outros benefícios, é apresentado em rubrica específica nas demonstrações do resultado e estão apresentadas a seguir:

Descrição	Controladora		Controladora e Consolidado	
	Saldo em 31/12/2019	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019
Pró-labore	411	(281)	130	378
Encargos	46	(20)	26	129
Gratificações e outros benefícios	457	(301)	156	109
	457	-	156	616

A Companhia não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

10. Patrimônio líquido

a) Capital social:

Número de ações	Número de ações	
	31/12/2020	31/12/2019
Ações ordinárias	130.603.880	130.603.880
Ações preferenciais	-	-
Buriti 1 S.A.R.L.	16.813.619	16.813.619
Valliance Farmland *	13.358.137	13.358.137
Total ações do capital integralizado	160.775.636	160.775.636

(*) As empresas Buriti 1 S.A.R.L. e Valliance Farmland são controladas pela Valliance Asset Management Limited.

b) Ações ordinárias: Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais do Grupo. Os detentores de ações ordinárias têm o direito de receber dividendos conforme definidos nos estatutos do Grupo. As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas decisões da Companhia. c) Ações preferenciais: As ações preferenciais têm os mesmos direitos sobre os ativos líquidos residuais do Grupo, assim como as ações ordinárias. Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou apenas resgatáveis à escolha do Grupo, e os dividendos são discricionários. Os dividendos pagos são reconhecidos no patrimônio em caso de aprovação dos acionistas da Companhia. d) Reservas de capital: Representada pelo ágio recebido na venda de 16.813.619 ações preferenciais ocorridas em 01 de agosto de 2012, conforme Assembleia Geral Extraordinária nesta data, no valor de R\$16.950, deduzidos dos custos de emissões dessas ações (comissões, honorários e outras despesas) no valor de R\$4.761, líquidos dos efeitos tributários em conformidade com o CPC 10 (IFRS 2). Em 20 de dezembro de 2013 foram emitidas 11.320.455 ações preferenciais, as quais foram integralizadas por R\$ 31.857, com ágio na sua emissão considerando o valor recebido de R\$ 46.825. Em 30 de setembro de 2014 foram emitidas 2.037.682 ações preferenciais, as quais foram integralizadas por R\$ 6.117, com ágio na sua emissão considerando que o valor recebido foi de R\$ 8.804. e) Reserva de lucros: Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu reserva legal de R\$ 1.008. Reserva estatutária: De acordo com disposições do Artigo 194 da Lei 6.404/76 e do Artigo 32 do Estatuto Social da Companhia, será formada uma Reserva expansão com base no lucro que remanescer após as deduções legais e estatutárias, com a finalidade de aplicação em ativos operacionais ou dispêndios de capital, não podendo esta reserva ultrapassar o valor do capital social. Para o ano findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia constituiu reserva estatutária de R\$ 19.356. f) Ajuste de avaliação patrimonial: Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são decorrentes do custo atribuído às propriedades para investimento, deduzido dos impostos incidentes. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem ou pela sua realização pela depreciação. g) Dividendos: O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Porém, de acordo com o primeiro aditivo do acordo de acionistas assinado em 09 de junho de 2014, os acionistas, por unanimidade, determinaram o não pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. h) Resultado por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	20.166	16.253
Total de ações	160.775.636	160.775.636
Média ponderada de ações	160.775.636	160.775.636
Lucro por ação básico e diluído em R\$	0,13	0,10

11. Instrumentos financeiros

a) Classificação dos instrumentos financeiros: A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e de acordo com a avaliação da Administração, não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada:

Ativos	Controladora				Consolidado			
	Valor contábil		Valor Justo		Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2 31/12/2020	Nível 2 31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	Nível 2 31/12/2020	Nível 2 31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	8.413	8.237	8.413	8.237	40.470	33.366	40.470	33.366
Aplicações financeiras curto prazo	-	504	-	504	-	975	-	975
Subtotal	8.413	8.741	8.413	8.741	40.470	34.341	40.470	34.341
Custo amortizado								
Créditos com partes relacionadas	1.811	3.036	1.811	3.036	10.021	10.269	10.021	10.269
Títulos a receber	7	-	7	-	5	-	5	-
Subtotal	1.818	3.036	1.818	3.036	10.026	10.269	10.026	10.269
Total Ativos	10.231	11.777	10.231	11.777	50.496	44.610	50.496	44.610
Passivos								
Passivos pelo custo amortizado								
Fornecedores	12	-	12	-	58	-	58	-
Outras contas a pagar	77	136	77	136	77	136	77	136
Subtotal	89	136	89	136	135	136	135	136
Total Passivos	89	136	89	136	135	136	135	136

b) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados em 31 de dezembro de 2020

Controladora:	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	
			31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Passivos financeiros	12	12	12	12
Fornecedores	12	12	12	12
Consolidado:	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	Até 1 ano	
Passivos financeiros	58	58	58	58
Fornecedores	58	58	58	58

c) Risco de taxa de juros: Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente diminuem as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir demonstramos o resumo consolidado dos impactos nos próximos 12 meses em cada cenário:

Aplicações Financeiras	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2020	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário Provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
CDB	100,23%	40.465	385	578	771	963	1.155

d) Valor justo: Os valores justos são determinados com base em cotações de preços de mercado, quando disponíveis, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. Os valores justos de caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras de curto prazo, arrendamentos a receber, outras contas a receber, títulos a pagar, débitos com partes relacionadas, outras contas a pagar e contas a pagar a fornecedores, são equivalentes aos seus valores contábeis. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Arrendamento de terras	4.583	5.456	27.258	26.805
Deduções, impostos e contribuições	(424)	(505)	(1.252)	(1.284)
Receita operacional líquida	4.159	4.951	26.006	25.521

13. Despesas por natureza

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas por função				
Custo dos arrendamentos	(130)	(142)	(1.750)	(1.792)
Honorários da administração	(616)	(771)	(616)	(771)
Despesas gerais e administrativas	(908)	(947)	(989)	(1.102)
	(1.654)	(1.860)	(3.355)	(3.665)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(4)	(12)	(1.068)	(1.119)
Despesas com pessoal	(996)	(1.167)	(996)	(1.167)
Outras despesas	(654)	(681)	(291)	(1.379)
	(1.654)	(1.860)	(3.355)	(3.665)

14. Resultado financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Despesas financeiras:				
Juros passivos	-	(153)	(1)	(153)
Outras	(16)	(27)	(18)	(29)
	(16)	(180)	(19)	(182)
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicações financeiras	245	450	1.174	1.569

Aos Administradores e acionistas da

SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A.

Porto Alegre - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC Landco Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 12 de março de 2021.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Guilherme Ghidini Neto
Contador CRC-RS 067795/O-5